

RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.696 - SP (2019/0160276-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES E OUTRO(S) - SP131351
MARCUS VINICIUS GONÇALVES JUNIOR - SP371120
RECORRENTE : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADOS : DENIS ATANAZIO E OUTRO(S) - SP229058
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748
RECORRIDO : MARIO ROSSI
RECORRIDO : ANTONIO DE CAMPOS
RECORRIDO : SEBASTIAO DOS SANTOS
RECORRIDO : SUELI DE FATIMA LOURENCO DA SILVA DE OLIVEIRA
RECORRIDO : SINVALDO RODRIGUES DOS SANTOS
RECORRIDO : MARIA DE SANTA IZABEL
RECORRIDO : PEDRO DA COSTA
RECORRIDO : VALDENI DE MATOS
RECORRIDO : LEIA APARECIDA LESSA CAPELLINI
RECORRIDO : EDSON CAPELLINI
RECORRIDO : ANTONIO CARLOS DE CAMARGO
ADVOGADOS : JORGE HENRIQUE TREVISANUTO - SP214824
AFONSO GABRIEL BRESSAN BRESSANIN - SP263777
ARTUR GUSTAVO BRESSAN BRESSANIN - SP270553

DECISÃO

Preliminarmente, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no Recurso Extraordinário 827.996/PR (Tema n. 1.011).

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, em face do possível juízo de retratação pela instância de origem.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte Superior, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, de acordo com o disposto nos arts. 1.040 e 1.041, § 2º, do CPC/2015: 1) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do STF, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 2) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do STF, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das

Superior Tribunal de Justiça

questões que não ficaram prejudicadas, ou, 3) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator